PROJETO DE LEI N.º , DE 2016.
(Do Sr. Otavio Leite)

Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica declarado como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs).

Art. 2º - Entende-se como Centro de Pesquisa e de Inovação de Empresa (CPIE) a pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional, em seu objetivo social ou estatutário, a pesquisa, seja básica, aplicada, de caráter científico ou tecnológico, bem como promova o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, desde que estejam situadas ou vinculadas em parceria direta com os Parques e/ou Polos Tecnológicos de instituições de ensino e pesquisa.

Art. 3º - Aos CPIEs serão aplicáveis toda legislação pertinente à matéria tais como programas de estímulos, fomentos e regimes tributários especiais, sendo indispensável estar o Parque e/ou Polo Tecnológico reconhecido formalmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ou outro órgão que lhe suceder.

Art. 4º - Os Parques e Polos Tecnológicos públicos darão ampla e específica divulgação aos termos e projetos quando houver participação de CPIE .

Art. 5º - Cada Parque ou Polo Tecnológico de Instituição pública editará as normas e procedimentos para o cumprimento desta lei, em consonância com as suas respectivas vocações científicas e características próprias vinculadas ao desenvolvimento econômico do país, ficando autorizada a comercialização em mercado dos produtos, serviços, processos e do conhecimento em geral ali concebidos.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira precisa reconhecer jurídica e explicitamente a existência de instituições de pesquisa e inovação privadas com fins lucrativos, que constituem elo fundamental da cadeia do negócio baseado no conhecimento e são responsáveis pela introdução de bens e serviços com alto conteúdo tecnológico no mercado consumidor.

Também, reconhecer explicitamente que as empresas privadas também podem e devem exercer papel relevante no sistema de geração de conhecimento, tecnologia e inovação, como ocorre em todas as nações desenvolvidas do mundo.

Os parques tecnológicos nacionais, compostos pelas mais variadas instituições científicas e tecnológicas, contam com participação expressiva de instituições de pesquisa e inovação privadas, cuja interação com as instituições públicas beneficia fortemente todo o sistema brasileiro de ciência, tecnologia e informação.

O atual arcabouço regulatório ignora a existência de instituições de pesquisa e inovação privadas com fins lucrativos, o que prejudica a interação com as instituições públicas e prejudica a atratividade dos parques tecnológicos e o desenvolvimento pleno da ciência e da tecnologia no país.

As instituições de pesquisa e inovação de empresas privadas geram empregos de alta qualidade e empregam grandes quantidades de pesquisadores formados no país, exercendo papel importante para a fixação de mestres e doutores no Brasil.

Essas instituições geram tecnologias no país e contribuem com a agregação de valor nos produtos e serviços da pauta de exportação, inclusive.

Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 85/2015 impôs novo tratamento por parte do Estado às atividades de ciência, tecnologia e inovação desempenhadas por entes públicos e privados:

"Art. 219.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia."

Com efeito, com base no novo dispositivo constitucional vigente, impõe-se que sejam reconhecidas as instituições de pesquisa e desenvolvimento privadas como Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs), que em grande parte compõem parques e polos tecnológicos nacionais.

O artigo citado deixa ainda claro que os CPIEs podem ser eventualmente merecedoras de estímulos para a formação e o fortalecimento da inovação nas mais diversas cadeias produtivas de novas tecnologias.

É imperioso destacar que o conteúdo desta proposta deriva de reflexões e debates travados com o Parque Tecnológico da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, donde extraí a fértil contribuição dos diretores, Professores José Carlos Pinto e Maurício Guedes . Além de também ter tido a colaboração experimentada do Professor José Alberto Sampaio Aranha, Vice – Presidente da Anprotec Associação Nacional de Entidades de Empreendimentos Inovadores.

Em razão da relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para aprovarmos o presente projeto de lei

Sala das Sessões, em de julho de 2016.

Deputado **OTAVIO LEITE**
PSDB/RJ